

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014



ÍNDICE

1. Enquadramento macroeconómico	2
2. Atividade da empresa	3
3. Políticas de gestão de risco.....	5
4. Perspetivas para 2015	6
5. Proposta de aplicação dos resultados	6
6. Considerações Finais	6

Anexo – Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos resultados

Demonstração das alterações no capital próprio

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados

Anexo – Certificação Legal das Contas

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Senhores Acionistas,

De harmonia com as disposições legais, o Conselho de Administração do ACP Mobilidade, Sociedade de seguros de Assistência, S.A. vem apresentar a V. Exas. o relatório de gestão e contas relativos ao exercício de 2014.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1. Macroeconomia

O ano de 2014 fica marcado pelo fim do programa de ajustamento económico e financeiro português, do qual Portugal saiu sem recurso a qualquer programa cautelar, atendendo a que tem conseguindo financiamento nos mercados financeiros.

O ano terminou com o preço do petróleo em baixa, com as taxas de juro em níveis estáveis e muito baixos e sem quaisquer pressões inflacionistas em Portugal e na Europa. Pelo contrário, alguns países da zona euro debatem-se com problemas relacionados com a pressão deflacionista.

O impacto do resultado das eleições gregas do início de 2015 na economia da zona euro e na confiança dos mercados é um fator a ter em conta, esperando-se um aumento da volatilidade.

O PIB português cresceu 0,9% em 2014. A taxa de desemprego tem vindo a observar uma tendência decrescente, apesar de uma ligeira inversão no final do ano, prevendo-se que se tenha situado em valores próximos de 14%. O desemprego jovem mantém os níveis muito elevados, rondando os 34%.

Nos últimos anos tem-se assistido ao crescimento do fenómeno da emigração de portugueses um pouco para todo o mundo, o que tem contribuído para a diminuição da taxa de desemprego e para o equilíbrio da balança de pagamentos, contudo representa igualmente a saída pessoas, normalmente com formação superior para o estrangeiro, pessoas nas quais o estado investiu e que irão contribuir para o enriquecimento de outros países.

Na zona euro, a taxa de crescimento do PIB não deverá ser muito diferente da taxa prevista para Portugal, contudo a taxa de desemprego é bastante inferior, rondando os 11%.

Apesar da taxa de crescimento do PIB ser previsivelmente positiva em Portugal, os seus problemas estruturais ao nível financeiro e particularmente ao nível económico não estão resolvidos. Às baixas taxas de crescimento do PIB, a uma elevada taxa de desemprego, Portugal junta ainda o défice nas contas públicas a uma dívida pública elevada.

É importante que o país mantenha o crescimento dos setores exportadores, reduzindo a sua dependência externa, em particular em termos energéticos e equilibre as suas contas públicas, de modo a que o rating de Portugal possa voltar a níveis não especulativos o que permitirá um financiamento mais baixo do próprio estado e de toda a economia, o que permitirá também por esta via o aumento do investimento do setor empresarial, induzindo crescimento económico e reduzindo o desemprego.

1.2. Área seguradora

A produção de seguro direto relativa à atividade, em Portugal, das empresas de seguros sob a supervisão da ASF atingiu um valor total de 13,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 10,1% face ao ano anterior. Este acréscimo foi determinado pela evolução positiva do Ramo Vida.

Os custos com sinistros sofreram também um aumento de 4,8%, invertendo a tendência do ano de 2013, estando este aumento relacionado com o Ramo Vida.

Em 2014, o resultado líquido da atividade seguradora em Portugal atingiu um valor de cerca de 155 milhões de euros, representando uma quebra considerável comparativamente com o ano 2013. A taxa de cobertura da margem de solvência situou-se nos 212%.

2. Atividade da empresa

2.1. Síntese da atividade e performance

O resultado técnico da ACP Mobilidade cresceu cerca de 54% face ao ano anterior, situando-se agora nos 335 mil euros, demonstrando a boa performance da companhia em 2014.

A produção da ACP Mobilidade voltou a subir em 2014, totalizando 1.098.724 euros, o que representou um crescimento de 3,8%. O aumento deveu-se ao crescimento do volume de prémios no seguro direto.

A taxa de sinistralidade caiu de 63% para 52% o que associado ao aumento do volume de prémios permitiu aumentar o resultado técnico em cerca de 117 mil euros (mais de 50%).

Os gastos administrativos aumentaram pela primeira vez em 3 anos, refletindo já o aumento de gastos induzido pela proximidade da entrada em vigor do Solvência II, devido ao aumento da informação solicitada, quer na fase preparatória, quer previsivelmente na fase pós implementação.

O resultado não técnico caiu significativamente devido ao impacto dos resultados das empresas participadas terem sido inferiores a 2013, designadamente no caso da empresa ACP Serviços de Assistência. Esta descida era esperada, uma vez que em 2013 esta empresa procedeu à anulação de uma provisão com impacto significativo nos seus resultados.

Apesar da boa performance evidenciada pelo resultado técnico, o resultado líquido da empresa caiu 12%, para os 826.569 Euros, devido ao facto do impacto da diminuição no resultado não técnico não ter ficado totalmente compensado pela melhoria do resultado técnico.

2.2. Investimentos e estrutura financeira

Distribuição por tipo de investimentos em 2014

Tipo de investimentos	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Em partes de capital	2.531.277	61,33%	2.719.992	65,1%
Em depósitos	850.000	20,59%	1.100.000	26,3%
Em obrigações	406.062	9,84%	0	0,00%
Em imóveis	340.000	8,24%	357.300	8,6%

Destaca-se apenas o investimento numa carteira de obrigações, permitindo melhorar o nível do rating dos investimentos da companhia.

A estrutura financeira da empresa continua bastante sólida, representando os capitais próprios da companhia 88% dos capitais totais, tal como acontecia no ano anterior.

A ACP Mobilidade no seu Passivo não apresenta qualquer endividamento bancário.

2.3. Factos relevantes

A empresa iniciou este ano um processo de reorganização tendo em vista o Solvência II.

As principais alterações estão relacionadas com a área de gestão de riscos, tendo sido criado um Comité de Gestão de Riscos que colabora diretamente com o Gestor de Riscos. Foram igualmente implementadas ferramentas de registo e de aferição do nível de risco para esta área.

3. Políticas de gestão de risco

Nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais vem a sociedade informar as políticas de gestão de risco, a nível do risco de preço/mercado e risco de liquidez/crédito/fluxos de caixa (transversal a todo o grupo ACP):

1.1. Risco de preço / mercado

As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a Sociedade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao facto de a empresa ser financiada por capitais do grupo ACP e, os contratos com fornecedores / clientes não preverem o vencimento de juros a gestão entende que o risco é residual.

1.2. Risco de liquidez / crédito / fluxos de caixa

A estrutura de financiamento da empresa assenta essencialmente em capitais provenientes do Grupo ACP. Estes instrumentos de financiamento permitem à empresa a liquidez necessária para a satisfação dos seus compromissos sem recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores. No entanto, a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

4. Perspetivas para 2015

A companhia mantém uma elevada dependência face ao grupo económico em que está inserida e onde consolida as suas demonstrações financeiras. Por esse motivo, qualquer análise prospetiva está condicionada à estratégia global do ACP. Independentemente deste facto, a companhia mantém critérios prudenciais na assunção do risco.

Ao nível do ACP, nesta data, não se anteveem alterações significativas nesta área de negócio, nem na oferta de serviços aos Sócios.

A sinistralidade observada em 2014 e a composição atual da carteira permitem esperar que a taxa de sinistralidade permaneça estável, o que permitirá a manutenção do nível do resultado técnico.

5. Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido do exercício foi de 826.568,62 euros (oitocentos e vinte e seis mil quinhentos e sessenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos).

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício:

- Reservas Legais: 82.656,86 euros;

- Dividendos: 743.911,76 euros.

O Conselho de Administração propõe ainda que sejam reforçadas as Reservas Legais em 45 610,20 euros, com transferência de Outras Reservas, os quais permitem repor as reservas legais não constituídas ou reforçadas em 2009.

6. Considerações Finais

Nos termos e para efeitos do D.L. nº 411/91 de 17 de outubro, o Conselho de Administração declara que a empresa não tem dívidas perante a Segurança Social.

Finalmente, o Conselho de Administração não quer deixar de agradecer a colaboração de todos os que têm contribuído para este facto, em particular:

- à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- ao Conselho Fiscal;
- ao Revisor Oficial de Contas;
- aos colaboradores do Automóvel Clube de Portugal e do ACP Serviços de Assistência que colaboram neste projeto;
- e às demais entidades que, de uma forma direta ou indireta, têm dado o seu contributo à empresa.

Lisboa, 9 de Março de 2015

O Conselho de Administração

Miguel Horta e Costa

Florbel Almeida

André Veloso

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

Anexo ao Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Acionistas que, nos termos do artigo 448, nº 2 do Código das Sociedades Comerciais, titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

Automóvel Club de Portugal, com sede na Rua Rosa Araújo, 24, em Lisboa, titular de 489.300 ações, correspondente a 97,86% do capital social.

A Administração,

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.
RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE E POLÍTICA DE
REMUNERAÇÕES

Relatório sobre o governo do ACP Mobilidade

1) Modelo de governo do ACP Mobilidade, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

O modelo de governo da ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, SA. (“Sociedade”) que assegura a efetiva segregação das funções de administração e de fiscalização, assenta nos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral, cuja Mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- O Conselho de Administração, composto por um número mínimo de três e máximo de sete membros, um dos quais é indicado pela Assembleia Geral para exercer as funções de Presidente;
- O Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, cabendo à Assembleia Geral designar o respetivo Presidente;
- Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade Revisora de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal;

O mandato dos órgãos sociais da Sociedade tem a duração de quatro anos, completados na data da sua designação.

2) Política de remunerações da ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. (Aprovada em Assembleia Geral da Sociedade , realizada no dia 20 de Março de 2015)

A presente política de remunerações da **Sociedade** foi elaborada com base nas recomendações constantes da Circular n.º 6/2010 de 1 de Abril, obedecendo, no que respeita aos deveres de divulgação de informação, às obrigações constantes da Norma Regulamentar N.º 5/2010-R, de 1 de Abril.

A presente política destina-se exclusivamente aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da **Sociedade**, uma vez que esta não dispõe, atualmente, na sua estrutura interna, de colaboradores que exerçam funções-chave ou quaisquer atividades suscetíveis de ter impacto material no seu perfil de risco.

Atendendo à dimensão, natureza e à especificidade da atividade desenvolvida pela **Sociedade**, esta não dispõe de uma Comissão de Remuneração, cabendo à Assembleia Geral aprovar a Política de

Remuneração, a qual será avaliada, preferencialmente, uma vez por ano, pelo gestor de risco externo da **Sociedade**.

I. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração:

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração da **Sociedade** deve assentar em critérios objetivos, ajustados à dimensão desta, procurando-se, através daquela política, não só evitar situações de conflitos de interesses, como também alinhar os mecanismos de compensação remuneratória com uma prudente e adequada gestão e controlo dos riscos da **Sociedade**.

Atendendo a que o Conselho de Administração da Sociedade é composto, atualmente, por três Vogais, dos quais apenas um exerce funções executivas estabelece-se o seguinte:

- Apenas o Vogal do Conselho de Administração da Sociedade com funções executivas é remunerado;
- Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração, nem recebem quaisquer outros benefícios não pecuniários;
- Atendendo à dimensão da **Sociedade** e em conformidade com as orientações seguidas pelas restantes sociedades associadas do Automóvel Club de Portugal, o Vogal do Conselho de Administração com funções executivas auferirá uma remuneração fixa, aprovada pela Assembleia Geral, não integrando a mesma qualquer componente variável, resultante de qualquer avaliação de desempenho ou fixada em função do alcance de quaisquer objetivos pré-determinados;
- Para além da remuneração fixa, o Vogal com funções executivas auferirá ainda de subsídio de refeição, seguro de vida e de seguro de saúde, não lhe sendo atribuídos outros benefícios não pecuniários relevantes que possam ser considerados como remuneração;
- Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, não serão pagos quaisquer prémios/bónus anuais aos membros do Conselho de Administração;
- Cabe à Assembleia Geral avaliar anualmente o desempenho dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade;

Política de remuneração dos órgãos de fiscalização

- Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas respetivas funções.
- O Revisor Oficial de Contas da Sociedade auferirá uma remuneração fixa, a qual é paga de forma trimestral, definida contratualmente.

Divulgação

A Política de Remuneração da Sociedade é divulgada na página eletrónica da Sociedade (<https://assistencia.acp.pt>), sendo disponibilizadas igualmente naquela página todas as modificações introduzidas à mesma, com indicação da data em que essas modificações venham a ser aprovadas.

Anualmente e, em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de Abril, o Conselho de Administração da Sociedade enviará à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões uma declaração de conformidade sobre a política de remuneração, a qual fará parte do Relatório de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2014

ACP MOBILIDADE - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

Valor Líquido 2013

Notas do Anexo	ACTIVO	31/12/2014		31/12/2013
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	
7 e 11	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	29.872	-	160.727
6 e 11	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.531.277	-	2.719.992
	Associadas e empreendimento conjuntos	-	-	-
	Filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-
	Outros investimentos	-	-	-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-
	Outros investimentos	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-
	Activos disponíveis para venda	406.062	-	406.062
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-
11	Outros investimentos	406.062	-	406.062
	Empréstimos e contas a receber	850.000	-	850.000
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-
11	Outros depósitos	850.000	-	850.000
	Empréstimos concedidos	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-
	Outros investimentos	-	-	-
	Terrenos e edifícios	340.000	-	340.000
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-
11	Terrenos e edifícios de rendimento	340.000	-	340.000
8	Outros activos tangíveis	1.585	(1.585)	-
	Inventários	-	-	-
	Goodwill	-	-	-
	Outros activos intangíveis	-	-	-
	Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	623.659	(6.864)	616.795
13	Contas a receber por operações de seguro directo	578.814	(6.864)	571.950
13	Contas a receber por outras operações de resseguro	41.998	-	41.998
13	Contas a receber por outras operações	2.847	-	2.847
	Activos por impostos	36.310	-	36.310
20	Activos por impostos correntes	36.310	-	36.310
20	Activos por impostos diferidos	-	-	-
23	Acréscimos e diferimentos	8.579	-	8.579
	Outros elementos do activo	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	4.827.344	(8.449)	4.818.895
				4.836.429



ACP MOBILIDADE - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2014	31/12/2013
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	440.328	368.629
12	Provisão para prémios não adquiridos	215.348	178.280
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	224.981	190.349
	De vida		
	De acidentes de trabalho	-	-
12	De outros ramos	224.981	190.349
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	59.521	138.085
	Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-
	Contas a pagar por outras operações de resseguro		
14	Contas a pagar por outras operações	59.521	138.085
	Passivos por impostos	47.319	31.814
20	Passivos por impostos correntes	47.319	31.814
	Passivos por impostos diferidos		
23	Acréscimos e diferimentos	35.624	52.056
	Outras Provisões	-	-
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	582.792	590.583
	CAPITAL PRÓPRIO		
21	Capital	2.500.000	2.500.000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
21	Reservas de reavaliação	13.223	-
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	13.223	-
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	-	-
21	Outras reservas	896.311	801.919
	Resultados transitados		
	Resultado líquido do exercício	826.569	943.927
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	4.236.103	4.245.846
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	4.818.895	4.836.429

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS DO EXERCÍCIO DE 2014

ACP MOBILIDADE - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Rubricas	2014			2013
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
15	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.098.723,94	-	1.098.724	1.058.231
	Prémios brutos emitidos	1.135.791	-	1.135.791	1.057.776
	Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(37.067)	-	(37.067)	455
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	-
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(570.950)	-	(570.950)	(668.394)
	Montantes pagos	(536.318)	-	(536.318)	(612.539)
	Montante bruto	(536.318)	-	(536.318)	(612.539)
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	(34.632)	-	(34.632)	(55.856)
	Montante bruto	(34.632)	-	(34.632)	(55.856)
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	-	-	-
	Montante bruto	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
18	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	-	-	-
	Custos e gastos de exploração líquidos	(203.469)	-	(203.469)	(188.191)
	Custos de aquisição	-	-	-	-
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	-	-	-
	Gastos administrativos	(203.469)	-	(203.469)	(188.191)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	0,00	-	-	-
	Rendimentos	-	-	-	-
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Gastos financeiros	-	-	-	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Ganhos liq.s activos e passivos financ. não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos liq.s activos e passivos financ. valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Diferenças de câmbio	-	-	-	-
	Ganhos líquidos p'venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(17.300)	(17.300)	-
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	(17.300)	(17.300)	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	11.320	-	11.320	16.760
	Outras provisões (variação)	-	-	-	0
	Outros rendimentos/gastos	-	20.174	20.174	16.166
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	553.629	553.629	638.945
	Ganhos e perdas de activos não concorrentes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	335.625	556.503	892.128	1.073.517
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	(29.306)	(29.306)	(18.979)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(36.254)	(36.254)	(110.611)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	335.625	490.943	826.569	943.927

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

ANEXOS DO EXERCÍCIO DE 2014

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2014

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Outros instrumentos de capital					Outras reservas							Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Capital	Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Reserva estatutária	Prémios de emissão	Outras Reservas					
Balanco a 31 de Dezembro de 2013		2.500.000	-	-	-	-	-	274.965	-	-	526.953	(1)	943.927	4.245.845		
Correcções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Balanco de abertura alterado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Aumentos/reduções de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transacção de acções próprias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	13.223	-	-	-	-	-	-	-	13.223		
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	153.904	-	-	(59.511)	-	(94.393)	(0)		
Distribuição de reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Distribuição de lucros/prejuízos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(849.534)	(849.534)		
Alterações de estimativas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total das variações do capital próprio		-	-	-	-	13.223	-	153.904	-	-	(59.511)	-	(943.927)	(836.312)		
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	826.569	826.569		
Distribuição antecipada de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Balanco a 31 de Dezembro de 2015	21	2.500.000	-	-	-	13.223	-	428.869	-	-	467.442	-	826.568	4.236.102		

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

ACP MOBILIDADE - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2013

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros			Reserva Legal	Reserva estatutária	Premios de emissão				
Balanco a 31 de Dezembro de 2012	2.500.000	-	-	-	-	-	262.012	-	-	475.140	(1)	259.066	3.496.218
Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanco de abertura alterado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	12.953	-	-	51.813	-	(64.767)	-
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuizos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(194.299)	(194.299)
Alterações de estimativas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das variações do capital próprio	-	-	-	-	-	-	12.953	-	-	51.813	-	(259.066)	(194.299)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	943.927	943.927
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanco a 31 de Dezembro de 2013	2.500.000	-	-	-	-	-	274.965	-	-	526.953	(1)	943.927	4.245.846

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

ACP MOBILIDADE - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

	2013	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Operações de seguros		
Recebimentos de prémios de seguro	671.080	524.635
Recebimentos de ressegurados líquidos	258.978	266.264
Outros recebimentos de seguros	-	-
Pagamentos de indemnizações e desp. com sinistros (líquidos)	(611.133)	(384.096)
Pagamento a ressegurados (líquidos)	-	(79.294)
Pagamento de taxas e impostos sobre seguros	(24.127)	(15.541)
	<u>294.798</u>	<u>311.968</u>
Investimentos financeiros		
Recebimentos de renda de imóveis	11.187	14.237
Recebimentos de juros (DO+DP)	11.795	23.245
Outros investimentos	(393.777)	-
	<u>(370.796)</u>	<u>37.483</u>
Outros fluxos de caixa operacionais		
Pagamentos a pessoal	(38.625)	(38.111)
Pagamentos a fornecedores	(109.527)	(95.783)
Pagamentos de outros impostos	(34.567)	(39.054)
Pagamentos à Seg.Social	(24.921)	(24.726)
Pagamentos de seguros	(1.066)	(2.513)
Outros recebimentos / pagamentos	11.039	498
Pagamentos de despesas	-	-
	<u>(197.666)</u>	<u>(199.690)</u>
Fluxos das actividades operacionais [1]	<u>(273.664)</u>	<u>149.761</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos de participadas	742.344	267.060
Vencimento de depósitos a prazo	2.830.000	2.050.000
Constituição de depósitos a prazo	(2.580.000)	(2.000.000)
Pagamentos relativos a investimentos financeiros	-	-
Outros	-	-
	<u>992.344</u>	<u>317.060</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>992.344</u>	<u>317.060</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros pagos (empréstimos subordinados)	-	-
Juros pagos (descoberto bancário)	-	-
Dividendos pagos a acionistas	(849.535)	(194.300)
Prestações Suplementares	-	(200.000)
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>(849.535)</u>	<u>(394.300)</u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>(849.535)</u>	<u>(394.300)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	<u>(130.855)</u>	<u>72.521</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	160.727	88.206
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29.872	160.727

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
(Montantes expressos em euros)

Código	Designação	2013	Montante do valor nominal	% do valor nominal	2012	Valor total de aquisição	Anexo 1 Valor de balanço	
							unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais			90%	90%			2.408.361
	ACP Serviços, Lda							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas			40%	40%			122.916
	ACP Viagens e Turismo, Lda							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	2.531.277
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	sub-total	-	-	-	-	-	-	2.531.277
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	total	-	-	-	-	-	-	2.531.277
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.2.1 - Ações							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.1.2.4 - Outros							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.1.2.3 - De outros emissores							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	total	-	-	-	-	-	-	-
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1 - Ações							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.2.2.4 - Outros							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.2.2.3 - De outros emissores							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	406.062
	sub-total	-	-	-	-	-	-	406.062
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total	-	-	-	-	-	-	-
	total	-	-	-	-	-	-	406.062
	3 - TOTAL GERAL	-	-	-	-	-	-	2.937.339

* Inclui o valor dos juros decorridos



DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

(Montantes expressos em euros)

Anexo 2				
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA				-
NÃO VIDA				-
ACIDENTES E DOENÇA				-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				-
AUTOMÓVEL				-
RESPONSABILIDADE CIVIL				-
OUTRAS COBERTURAS				-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				-
CRÉDITO E CAUÇÃO				-
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA	138.206	58.481	19.409	(60.315)
DIVERSOS				-
TOTAL	138.206	58.481	19.409	(60.315)
TOTAL GERAL	138.206	58.481	19.409	(60.315)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores



DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

(Montantes expressos em euros)

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				-
ACIDENTES E DOENÇA				-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				-
AUTOMÓVEL				-
RESPONSABILIDADE CIVIL				-
OUTRAS COBERTURAS				-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				-
CRÉDITO E CAUÇÃO				-
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA	417.536		4.374	421.909
DIVERSOS				-
TOTAL	417.536		4.374	421.909
RESSEGURO ACEITE	118.783		30.258	149.041
TOTAL GERAL	536.318		34.632	570.950



DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

(Montantes expressos em euros)

Anexo 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA					
INCÊNDIO E OUTROS DANOS					
AUTOMÓVEL					
RESPONSABILIDADE CIVIL					
OUTRAS COBERTURAS					
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES					
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL					
CRÉDITO E CAUÇÃO					
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA	871.798	837.639	421.909		
DIVERSOS					
TOTAL	871.798	837.639	421.909	-	-
RESSEGURO ACEITE	263.994	261.085	149.041		
TOTAL GERAL	1.135.791	1.098.724	570.950	-	-

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

Relatório com os critérios de imputação de custos para o exercício de 2012

(alínea c) do nº 1 do art. 3º Norma 21/2003-R)

A ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. opera com base numa estrutura muito leve, em que tanto a área de sinistros como as áreas administrativas e de contabilidade estão subcontratadas a empresas especializadas.

Em face do exposto, decidiu-se que a totalidade dos custos a imputar no final do exercício em 31-12-2014 fosse levada à conta de exploração, mantendo o critério usado no exercício anterior.

Lisboa, 31 de dezembro de 2014

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014

ACP MOBILIDADE - Sociedade de Seguros de Assistência S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

1 INFORMAÇÃO GERAL

A empresa ACP MOBILIDADE – SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A. é uma empresa de seguros de assistência de capitais privados constituída por escritura notarial em 28 de Dezembro de 2006, para a qual obteve as necessárias autorizações do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O seu capital social é de 2.500.000 euros.

A empresa ACP MOBILIDADE – SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A. tem a sua sede Social e escritórios, na Av^a da República n^o 62 F-1^o em Lisboa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP (atualmente ASF) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP (atualmente ASF).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Sector Segurador e normas específicas emanadas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, adotadas nos termos do Artigo 3º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, com exceção da IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 2014, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE em vigor nessa data, que incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os Investimentos em Terrenos e Edifícios de rendimento.

A empresa apenas tem investimentos em empresas Associadas, Terrenos e Edifícios e Depósitos Bancários à Ordem e a Prazo, e Ativos financeiros detidos para venda, pelo que não são aplicáveis normativos relativos a outro tipo de investimentos.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Terrenos e edifícios

Os terrenos e edifícios são registados através da aplicação do justo valor. A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. No caso dos terrenos e edifícios, os testes de imparidade são efetuados no mínimo, numa base bianual, através do recurso a avaliações externas realizadas por avaliadores certificados.

Imparidade de ativos

A empresa avalia anualmente a possibilidade de algum dos seus ativos ou da unidade geradora de caixa onde o ativo está inserido poder estar com imparidade.

Caso se confirme a situação de imparidade, ou seja a situação em que a quantia escriturada é superior à quantia recuperável, a quantia escriturada é reduzida até ao valor da quantia recuperável. A quantia recuperável é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso. As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes, sócios e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores. As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são revertidas caso se verifiquem alterações nas estimativas utilizadas na determinação da quantia recuperável. As perdas por imparidade de contas a receber são revertidas caso se verifique o efetivo pagamento da dívida ou caso o devedor demonstre capacidade e vontade de liquidação dos valores em dívida.

Ativos financeiros detidos para venda

Os ativos financeiros detidos para venda são valorizados ao justo valor. As variações do respetivo justo valor são levadas diretamente a capital próprio.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

São considerados ativos financeiros detidos para venda os que sejam adquiridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, incluem moeda nacional e depósitos à ordem junto de bancos nacionais.

3.2 Comparabilidade

A comparabilidade encontra-se assegurada dado que as demonstrações financeiras de 2014 foram preparadas de acordo as IFRS aprovadas pela UE e demais normativos em vigor nessa data.

3.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, as seguintes estimativas:

a) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Inclui também uma provisão para fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

b) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes.

Esta provisão foi calculada pelo método “pró-rata temporis” e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão inscrita no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados ao exercício seguinte, na mesma proporção da especialização dos prémios.

Conforme recomendado pela IFRS 1, ativos e passivos são geralmente classificados globalmente no balanço, por ordem decrescente de liquidez, que é mais relevante para as instituições financeiras do que a classificação entre ativos e passivos correntes e não correntes.

Igualmente para a generalidade das empresas de seguros, as despesas são classificadas por destino nas presentes demonstrações financeiras.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos reportado a 31 de Dezembro de 2014, a informação primária é feita por áreas de negócio.

A informação secundária é feita por área geográfica onde a empresa opera.

A ACP MOBILIDADE – SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A., apenas opera no ramo Assistência.

Activo	Ramo Assistência	2014	2013
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	29.872	29.872	160.727
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.531.277	2.531.277	2.719.992
Activos disponíveis para venda	406.062	406.062	-
Empréstimos e contas a receber	850.000	850.000	1.100.000
Terrenos e edifícios	340.000	340.000	357.300
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	616.795	616.795	401.043
Activos por impostos	36.310	36.310	59.614
Acréscimos e diferimentos	8.579	8.579	5.940
	4.818.895	4.818.895	4.804.615

Passivo	Ramo Assistência	2014	2013
Provisões técnicas	440.328	440.328	368.629
Outros credores por operações de seguros e outras operações	59.521	59.521	138.085
Passivos por impostos	47.319	47.319	-
Acréscimos e diferimentos	35.624	35.624	52.056
Outras Provisões	-	-	-
	582.792	582.792	558.769

Balanço por segmento geográfico

A empresa desenvolve toda a sua atividade em Portugal.

Resultados por segmento de negócio

Conta de Ganhos e Perdas	Ramo Assistência	2014	2013
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.098.724	1.098.724	1.058.231
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(570.950)	(570.950)	(668.394)
Custos e gastos de exploração líquidos	(203.469)	(203.469)	(188.191)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(17.300)	(17.300)	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	11.320	11.320	16.760
Outras provisões (variação)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	20.174	20.174	16.166
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	553.629	553.629	838.945
Resultado líquido antes de impostos	892.128	892.128	1.073.517
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(29.306)	(29.306)	(18.979)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(36.254)	(36.254)	(110.611)
Resultado líquido do exercício	826.569	826.569	943.927

Resultados por segmento de geográfico

A empresa desenvolve toda a sua atividade em Portugal.

5 NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO

5.1 Gestão de Riscos

Os procedimentos associados à gestão de riscos implementados durante o ano de 2013 foram mantidos e estiveram em prática de forma contínua durante o ano 2014.

Manteve-se em vigor o Manual do Sistema de Gestão de Risco criado em 2013 e que tem como objetivo definir as linhas orientadoras e os objetivos do Sistema de Gestão de Risco da ACP Mobilidade, servindo de guia de utilização para todos os intervenientes no processo.

Relativamente ao risco operacional a companhia continuou o registo dos riscos a que a organização se encontra exposta, começando com a identificação dos riscos, o seu cálculo e avaliação, definição do plano de ação, sua gestão, revisões contínuas e seu reporte e monitorização.

Manteve-se o Modelo Organizacional da ACP Mobilidade e respetivo Organograma, atualizado em 2013, onde consta a estrutura e Descrição de Funções da ACP Mobilidade, nomeadamente as funções de Gestão de Riscos, Compliance e Controlo Interno, assim como o Comité de Gestão de Riscos criado em 2013.

O Comité de Gestão de Risco reuniu trimestralmente, em 2014, para analisar as ocorrências do período.

Foi iniciado em 2014 o registo de ocorrências com vista a uma quantificação mais objetiva dos riscos. Este trabalho deu origem a uma tabela de riscos que foi apreciada pelo gestor de riscos.

Em paralelo, a empresa elabora trimestral um controlo de gestão que permite acompanhar a evolução das carteiras, incluindo a sua sinistralidade e margem técnica, permitindo a monitorização permanente dos riscos em carteira, conforme detalhado no ponto seguinte.

5.2 Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos.

Os objectivos da gestão de riscos¹ são a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a empresa de seguros se encontra exposta, tanto a nível interno como externo, por forma a assegurar que aqueles se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira e os interesses dos credores específicos de seguros.

Os objetivos, políticas e processos de gestão de riscos estão definidos no Manual de Gestão de Riscos da ACP Mobilidade.

Tendo em consideração que o ACP Mobilidade apenas explora o ramo de Assistência e concentra a subscrição deste ramo nos seguros de assistência em viagem associados ao sector automóvel, a sua exposição ao risco de subscrição de apólices de seguros tem um âmbito muito restrito.

Os principais fatores de risco que em geral contribuem para accionar as garantias dos contratos de seguro são as variações das condições atmosféricas, o estado de conservação dos veículos e das vias de circulação e a própria frequência de utilização das viaturas pelos segurados.

Os contratos em vigor são analisados mensalmente e a administração recebe trimestralmente um relatório com os resultados atualizados de cada contrato. A regularidade deste acompanhamento tem como objetivo detetar qualquer evolução anormal dos resultados de um determinado contrato, de modo a analisar a situação e tomar as medidas necessárias à sua correção.

Dada a natureza dos riscos seguros e as características das coberturas existentes, a seguradora não necessita de recorrer ao resseguro, uma vez que não existe risco de pagamento de capitais muito elevados.

O lançamento de novos produtos e a aceitação de novos contratos, dada a especificidade da estrutura da seguradora, passa sempre por decisão da administração.

Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores. A gestão de sinistros (assistências) é efetuado por uma empresa do grupo, especializada na prestação de serviços de assistência a veículos e pessoas. Mensalmente esta empresa fornece informação detalhada da sua atividade, em suporte digital, que é analisada em termos de resultados do ano e por comparação com os anos anteriores.

Os procedimentos técnicos são acompanhados pelo responsável do Controlo Interno e pelo Gestor de Riscos, com vista à avaliação da sua eficácia e eventual necessidade de correção ou melhoria.

Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

As provisões para sinistros assim como a análise a suficiência tarifária são acompanhadas regularmente pelo actuário responsável, externo e independente da empresa e as respectivas conclusões constam do relatório do actuário responsável.

¹ Capítulo III, Artigo 7, Nr 2 da Norma Regulamentar N.º 14/2005-R.

O histórico da companhia permite confirmar que o run-off do ramo de assistência em viagem se esgota no ano seguinte ao ano de ocorrência, atendendo ao carácter de curto prazo das prestações de assistência em viagem.

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.

Da análise dos indicadores abaixo apresentados, salienta-se em 2014 um aumento dos prémios brutos emitidos relativamente a 2013. O rácio combinado e a taxa de sinistralidade reduziram, passando respetivamente para 69,5% e 51,96%.

O rácio de despesas aumentou ligeiramente..

Apresentam-se abaixo alguns indicadores:

	2014	2013
Carteira		
Prémios	1.135.791	1.057.776
Var%	6,87%	
Despesas		
Despesas a imputar/prémios	17,91%	17,79%
Despesas de pessoal/prémios	8,02%	8,46%
FSE/Prémios	9,68%	9,11%
Outras/Prémios	0,22%	
Sinistralidade		
Taxa de sinistralidade	54,96%	63,16%
Taxa de sinistralidade líquida R.Cedido	54,96%	63,16%
Provisões Sinistros/Custos Sinistros	39,40%	28,48%
Provisões/Prémios Adquiridos	40,08%	34,83%
Rácio Combinado	73,48%	80,95%
Resultado Financeiro		
Rentabilidade Provisões Técnicas	4,67%	4,55%
Resultado Financeiro/Prémios	1,03%	1,69%
Rácio Operacional	72,45%	79,26%
Resultado Global		
Resultado após Impostos	826.569	943.927

INDICADORES DE ATIVIDADE ACP MOBILIDADE 2014

Unidade monetária: Euros	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	Var 2012/2011	31-12-2013	Var 2013/2012	31-12-2014	Var 2014/2013
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	7.275.380	1.069.305	1.009.367	-5,61%	1.058.231	4,84%	1.098.724	3,83%
Prémios brutos emitidos	7.252.219	1.028.076	1.027.971	-0,01%	1.057.776	2,90%	1.135.791	7,38%
Despesas								
Despesas a Imputar / Prémios Adquiridos	6,8%	26,0%	24,5%	-5,86%	17,79%	-27,28%	18,52%	4,09%
Sinistralidade								
Taxa de sinistralidade	105%	43%	48,6%	13,49%	63,16%	13,49%	51,96%	29,85%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro Cedido	105%	43%	48,6%	13,49%	63,16%	13,49%	51,96%	29,85%
Provisões Sin / Custo Sinistros	4%	27%	27,4%	1,52%	28,48%	3,88%	39,40%	3,88%
Provisões de balanço/Pr Adq	7%	27%	31,1%	17,28%	34,83%	11,88%	40,08%	11,88%
Rácio Combinado	111%	69%	73,1%	6,19%	80,95%	10,73%	70,48%	-12,93%
Resultado Financeiro								
Rentabilidade Provisões Técnicas	4,30%	8,20%	7,82%	-4,63%	4,55%	-11,82%	4,67%	2,64%
Resultado Financeiro / Prémios	0,33%	2,97%	2,77%	-6,70%	1,69%	-39,13%	1,03%	-38,91%
Rácio Operacional	111%	66%	70,3%	6,77%	79,26%	12,70%	69,45%	-12,38%
Resultado Técnico	(811.312)	364.849	299.783	-17,83%	218.406	-27,15%	335.625	53,67%

6 INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

A ACP-Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. tem participação nas seguintes empresas:

	2014						
	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:							
ACP - Serviços, Lda	5.179.737	2.503.781	2.675.956	572.395	90%	515.155	2.408.361
ACP - Viagens e Turismo, Lda	566.335	259.046	307.289	96.184	40%	38.474	122.916
						553.629	2.531.276

As participações financeiras estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, na base da proporção dos capitais próprios constantes dos balanços das respetivas empresas, reportados a 31 de Dezembro de 2014. O montante proporcional dos resultados apresentados nas contas das empresas é reconhecido em ganhos e perdas no ano a que respeita.

A ACP Mobilidade está inserida num universo de empresas que têm como acionista maioritário o Automóvel Clube de Portugal, com sede em Lisboa, na Rua Rosa Araújo.

7 CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Caixa e equivalentes e depósitos à ordem apresentam o desdobramento que se segue:

	2014	2013
Caixa e seus equivalentes	100	4
	100	4
Depósitos à ordem	29.772	160.723
	29.872	160.727

8 ACTIVOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Equipamento Administrativo	10
Maquinas e ferramentas	8
Equipamento Informático	3
Instalações de Interiores	10
Material de Transportes	4
Outros equipamentos	10

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014		2013	
	Equipam. administ.	Total	Equipam. administ.	Total
Activos				
Saldo inicial	1.585	1.585	1.585	1.585
Aquisições		-		-
Saldo final	1.585	1.585	1.585	1.585
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	1.585	1.585	1.585	1.585
Amortizações do exercício		-		-
Saldo final	1.585	1.585	1.585	1.585
Activos líquidos	-	-	-	-

9 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2014 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com equipamento de transporte, os quais se encontram denominados em Euros.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi 6.152 de Euros 4.403 Euros respetivamente.

10 ATIVOS INTANGÍVEIS

A empresa não tem no final de 2014 no ativo qualquer elemento contabilizado como Ativo Intangível.

11 AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Os investimentos e outros ativos têm a seguinte afetação a 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	2014		2013	
	Seguro não Vida	Não afectos	Seguro não Vida	Não afectos
Caixa e equivalentes	-	29.872	-	160.727
Terrenos e edifícios	-	340.000	-	357.300
Investimentos em filiais, associadas empreendimentos conjuntos	-	2.531.277	-	2.719.992
Activos financeiros disponíveis para venda	-	406.062	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	850.000	-	1.100.000	-
	<u>850.000</u>	<u>3.307.211</u>	<u>1.100.000</u>	<u>3.238.019</u>

Ativos financeiros detidos para venda mensurados ao justo valor

Os justos valores dos ativos financeiros a 31 de Dezembro de 2015 foram determinados com base nos ativos financeiros cotados em mercados ativos e líquidos.

O detalhe da forma de determinação dos justos valores dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por capital próprio é conforme se segue:

	2014		2013	
	Cotações em mercados ativos e líquidos	Outros inputs de mercado	Modelos de valorização	Total
Activos financeiros disponíveis para venda mensurados ao justo valor				
LINDE FINANCE	37.147	-	-	37.147
DAIMLER	36.547	-	-	36.547
RCI BANQUE	31.965	-	-	31.965
NATIONAL AUS BK	37.863	-	-	37.863
ANH- BUSCH INBEV	37.650	-	-	37.650
LVMH	36.502	-	-	36.502
BNP PARIBAS	38.096	-	-	38.096
BASF	39.615	-	-	39.615
RABOBANK	38.973	-	-	38.973
VW INTL FINANCE	37.641	-	-	37.641
GE CAP EUROP FUNDIN	34.065	-	-	34.065
	<u>406.062</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>406.062</u>

12 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO E RESSEGURO ACEITE

À data de 31 de Dezembro de 2014 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2014			2013		
	Seguro Directo	Resseguro aceite	Total	Seguro Directo	Resseguro aceite	Total
Provisão para prémios não adquiridos	188.083	27.264	215.348	153.925	24.355	178.280
Provisão para sinistros	153.965	71.016	224.981	149.591	40.758	190.349
	<u>342.048</u>	<u>98.280</u>	<u>440.328</u>	<u>303.516</u>	<u>65.113</u>	<u>368.629</u>

13 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	2014		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Contas a receber por operações de seguro directo	578.814	(6.864)	571.950
Contas a receber por outras operações de resseguro	41.998	-	41.998
Contas a receber por outras operações	2.847	-	2.847
	<u>623.659</u>	<u>(6.864)</u>	<u>616.795</u>

14 OUTROS CREDITORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 é analisado como segue:

	2014
Contas a pagar por operações de seguro directo	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-
Contas a pagar por outras operações	
Fornecedores c/c	5.229
Pessoal	-
Credores diversos	54.292
	<u>59.521</u>

15 PREMIOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos do exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento, ou do seu recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

O total de Prémios brutos emitidos durante o exercício de 2014 foi de 1.132.791 Euros, assim discriminados:

	2014	2013
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Directo	871.798	787.196
Prémios Brutos Emitidos de Resseguro Aceite	263.994	270.580
	<u>1.135.791</u>	<u>1.057.776</u>

16 RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

	2014		2013	
	Seguro não Vida	Não afectos	Seguro não Vida	Não afectos
Empréstimos concedidos e contas a receber				
Juros de depósito a prazo	11.320	-	16.760	-
De Terrenos e Edifícios				
Rendas	-	16.271	-	16.271
Outros rendimentos	-	5.174	-	842
	<u>11.320</u>	<u>21.446</u>	<u>16.760</u>	<u>17.113</u>

17 GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS AO JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os Ganhos e Perdas provenientes de ajustamentos ao justo valor em 31 de Dezembro de 2014:

	2014	2013
Ganhos em Investimentos		
Terrenos e Edifícios de rendimento	-	-
Perdas em Investimentos		
Terrenos e Edifícios de rendimento	17.300	-
	<u>17.300</u>	<u>-</u>

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do resultado dos estudos de avaliação imobiliária efetuados em 2014

18 CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2014	2013
Gastos com o pessoal	91.108	89.480
Fornecimentos e serviços externos	109.910	96.416
Impostos e taxas	2.451	2.295
Juros	-	-
Outros gastos administrativos	-	-
	<u>203.469</u>	<u>188.191</u>

19 GASTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2014	2013
Remunerações		
Orgãos Sociais	71.474	70.526
Pessoal	-	-
Encargos sobre remunerações		
Orgãos Sociais	17.297	17.110
Pessoal	-	-
Seguros obrigatórios	2.338	1.844
Outros	-	-
	<u>91.108</u>	<u>89.480</u>

Não existem compromissos em matéria de pensões de reforma.

Não existem adiantamentos nem foram concedidos quaisquer créditos, quer ao membro do Conselho de Administração quer ao pessoal.

Em 2014 foi remunerado o cargo de Revisor Oficial Contas, através de honorários no montante de 5.535 Euros.

20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos

são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2014 e em 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	29.306	18.979
	<u>29.306</u>	<u>18.979</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	36.254	110.611
	<u>36.254</u>	<u>110.611</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>65.560</u>	<u>129.590</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 1.669.356 Euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 2014 é conforme se segue:

	Montante	Data
Gerados em		
2008	872.455	31-12-2014
2010	796.901	31-12-2014
	<u>1.669.356</u>	

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Activos por impostos diferidos	
	2014	2013
Prejuízos fiscais reportáveis	-	36.254
Outras diferenças		
Provisões fiscalmente não dedutíveis	-	-
	<u>-</u>	<u>36.254</u>

Ativos e passivos por impostos correntes

	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamento especial por conta	23.745	-	38.448	-
Pagamento por conta	7.140	-	9.546	-
Estimativa de imposto	-	29.306	-	18.979
Retenção na Fonte	5.425	-	7.180	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	2.227	-	1.707
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.785	-	1.764
Outros Impostos	-	14.001	-	9.363
	36.310	47.319	55.174	31.813

21 CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social encontra-se representado por 500.000 de ações nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

Empresas	Nº Acções	Valor Nominal	Participação no capital	Capital social
Automóvel Clube de Portugal	489.300	5	97,86%	2.446.500
ACP-Viagens e Turismo, Lda.	9.000	5	1,80%	45.000
ACP-Comunicações Electrónicas, Lda.	800	5	0,16%	4.000
ACP-Motorsport, Lda.	500	5	0,10%	2.500
ACP-Serviços de Assistência, Lda.	400	5	0,08%	2.000
	<u>500.000</u>		<u>100%</u>	<u>2.500.000</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital realizado. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2014 a reserva legal ascendia a 428.869€.

Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2014 as reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda ascendiam a 13.222€, conforme detalhado no quadro abaixo:

Reservas de reavaliação	
LINDE FINANCE	591
DAIMLER	437
RCI BANQUE	15
NATIONAL AUS BK	1.494
ANH- BUSCH INBEV	767
LVMH	632
BNP PARIBAS	846
BASF	2.642
RABOBANK	2.407
VW INTL FINANCE	1.172
GE CAP EUROP FU	2.220
	<u>13.223</u>

Outras reservas

Em 31 de Dezembro de 2014, as outras reservas ascendiam a 467.442€.

22 PARTES RELACIONADAS

A empresa é detida em 97,86% pelo Automóvel Clube de Portugal, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Empresas	Rendimentos		Gastos	
	Prémios de Seguro	Rendas Imóveis	Custos Sinistros	Outros Custos
Automóvel Clube de Portugal	561.226	16.271	-	-
ACP-Serviços de Assistência, Lda.	-	-	448.819	-
	<u>561.226</u>	<u>16.271</u>	<u>448.819</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 a empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Empresas	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Automóvel Clube de Portugal	427.198	110
ACP-Serviços de Assistência, Lda.	16.267	52.322
	<u>443.465</u>	<u>52.432</u>

23 ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

Acréscimos e diferimentos activos	2014	2013
Acréscimos		
Juros a receber	5.149	586
Prémios	3.000	586
Diferimentos		
Seguros	431	34
Quotizações	-	5.320
	<u>8.579</u>	<u>6.526</u>
Acréscimos e diferimentos passivos	2014	2013
Acréscimos		
Auditores	5.535	5.535
Contabilistas	10.701	12.362
Actuário	4.190	4.182
Avenças e honorários	1.960	2.460
Remunerações e respectivos encargos	12.343	12.197
Estorno de prémios facturados	-	14.403
Outros	139	161
Diferimentos		
Rendas de imóveis	756	756
	<u>35.624</u>	<u>52.056</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “ACP Mobilidade - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 4.818.895 euros e um total de capital próprio de 4.236.103 euros, incluindo um resultado líquido de 826.569 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do “ACP Mobilidade - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de Março de 2015

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ACP MOBILIDADE - SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos apresentar o nosso relatório e formular parecer sobre o Relatório de Gestão, Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e respetivos Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade ACP MOBILIDADE - SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Ao longo do exercício acompanhámos a gestão da Sociedade, examinando as contas, respetiva documentação contabilística e valores, bem como os demais documentos que julgamos necessários ao pleno cumprimento das nossas funções.

A Administração e os respetivos serviços prestaram-nos todos os esclarecimentos e informações que necessitámos.

Os critérios valorimétricos adotados no exercício correspondem a uma adequada avaliação do património e dos resultados, em conformidade com as normas de contabilidade vigentes em Portugal para o sector de Seguros.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e os respetivos Anexos, satisfazem os preceitos legais e do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente para apreciação dos resultados trimestrais da Sociedade durante o ano de 2014.

O Conselho Fiscal reuniu ainda trimestralmente com o revisor oficial de contas e tomou conhecimento do conteúdo da certificação legal das contas emitida, por ele, nos termos da legislação em vigor.

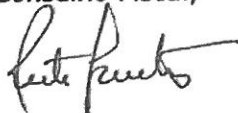
Face ao que antecede e estando cumpridas as formalidades legais e estatutárias somos de parecer que:

- a) Se proceda à aprovação do Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2014;
- b) Se proceda à aprovação da proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido do exercício.

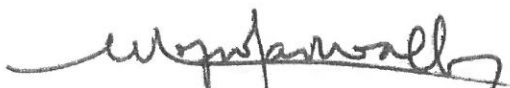
Este documento mereceu a nossa aprovação

Lisboa, 19 de Março de 2015

O Conselho Fiscal,



Rute Luísa Pereira dos Santos,



Manuel Andrade Lopo de Carvalho,



Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida